

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAMPUS GOVERNADOR VALADARES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Alex Gil de Souza

**Dificuldades na educação financeira para surdos: análise do município de
Governador Valadares/MG**

**Governador Valadares
2024**

Alex Gil de Souza

**Dificuldades na educação financeira para surdos: análise do município de
Governador Valadares/MG**

**Governador Valadares
2024**

RESUMO

O presente trabalho aborda as barreiras enfrentadas pelos surdos no acesso a materiais didáticos e recursos de educação financeira. Delineou-se como problema de pesquisa a indagação quais são os obstáculos relacionados ao aprendizado da Educação Financeira por parte de pessoas surdos das diferentes faixas de escolaridade? O objetivo geral é investigar essas dificuldades, entendendo como a falta de políticas públicas eficazes e a inadequação metodológica impactam o aprendizado dos surdos. Utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa, descritiva, estudo de caso e aplicação de questionários por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Estes foram traduzidos pelo pesquisador que utilizou a análise interpretativa de gráficos elaborados no Excel. Os resultados revelaram que as pessoas surdas enfrentam desafios significativos no aprendizado de conceitos matemáticos básicos, essenciais para a compreensão de temas financeiros. Destaca-se, entre eles, a escassez de metodologias acessíveis e a falta de capacitação dos professores, a falta de materiais didáticos em Libras, a escassez de intérpretes. Ressalta-se que a metodologia tradicional dos recursos didáticos, frequentemente baseada em aulas expositivas e memorização, não atende às necessidades dos surdos, que requerem abordagens pedagógicas adaptadas à cultura surda e à Língua Brasileira de Sinais (Libras). Embora haja reconhecimento da importância da educação financeira e iniciativas para promovê-la, a maioria das escolas brasileiras, do ensino fundamental e médio, não está preparada para oferecer um ensino de qualidade para pessoas surdas, comprometendo a capacidade dessas pessoas de gerir suas finanças, como também limitando a sua qualidade de vida e a inclusão plena na sociedade.

Palavras-chave: Surdos. Educação Financeira. Obstáculos. Inclusão.

ABSTRACT

This paper addresses the barriers faced by deaf people in accessing teaching materials and financial education resources. The research problem was outlined as: what are the obstacles related to learning Financial Education by deaf people of different educational levels? The general objective is to investigate these difficulties, understanding how the lack of effective public policies and methodological inadequacy impact the learning of deaf people. The methodology used was qualitative, descriptive research, case study and application of questionnaires through Brazilian Sign Language (Libras). These were translated by the researcher who used interpretative analysis of graphs created in Excel. The results revealed that deaf people face significant challenges in learning basic mathematical concepts, which are essential for understanding financial topics. Among these, the scarcity of accessible methodologies and the lack of teacher training, the lack of teaching materials in Libras, and the scarcity of interpreters. It is important to note that the traditional methodology of teaching resources, often based on lectures and memorization, does not meet the needs of deaf people, who require pedagogical approaches adapted to deaf culture and Brazilian Sign Language (Libras). Although there is recognition of the importance of financial education and initiatives to promote it, most Brazilian schools, at elementary and high school levels, are not prepared to offer quality education to deaf people, compromising their ability to manage their finances, as well as limiting their quality of life and full inclusion in society.

Keywords: Deaf. Financial Education. Obstacles. Inclusion.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária dos entrevistados	25
Gráfico 2 – Escolaridade dos entrevistados	26
Gráfico 3 – Acessibilidade das aulas (n=6)	27
Gráfico 4 – Principais obstáculos ao aprender sobre finanças.....	28
Gráfico 5 – Dificuldade em acessar informações em bancos e instituições financeiras	29
Gráfico 6 – A educação financeira pode melhorar sua qualidade de vida?.....	30
Gráfico 7 – Como você aprendeu sobre educação financeira?	30
Gráfico 8 – Preparo das escolas de Governador Valadares para oferecer educação financeira para surdos	31
Gráfico 9 – Conteúdo financeiros consideradas mais importantes para aprender	32
Gráfico 10 – Termos cujo significado é do conhecimento do entrevistado.....	32
Gráfico 11 – Forma como administra o dinheiro.....	33

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1 Contabilidade: elementos e controles financeiros	9
2.2 Educação e alfabetização financeira no Brasil.....	11
2.3 A educação financeira voltada aos surdos no Brasil	17
3 METODOLOGIA	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

As propostas de efetivação do direito à educação, sob o prisma da inclusão, vêm sendo amplamente disseminadas nas últimas décadas no Brasil. Nesse contexto, observam-se especificidades passíveis de análise, como exemplo da Educação Financeira voltada às pessoas surdas, bem como aos deficientes auditivos de modo geral.

A educação inclusiva tem entre suas finalidades a construção de uma escola que seja verdadeiramente promotora da inclusão, onde todas as pessoas possam aprender e se desenvolver juntos. Faz-se necessário, para o cumprimento dos objetivos de inclusão, que os professores compartilhem objetivos, estratégias e recursos, e que se envolvam em um diálogo contínuo para identificar as necessidades e potencialidades de cada aluno (Lopes, 2017). Essa realidade incorpora as demandas das pessoas surdas, e nesse contexto, encontra-se a Educação Financeira.

No Brasil, novas políticas, linguística e educacional, começaram a ser delineadas para as pessoas surdas, decorrentes da luta empreendida pelas comunidades surdas desde o ano de 1996 a fim de assegurar seus direitos. O primeiro fruto dessa luta foi o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela Lei nº 10.436/2002. Em 2005, o Decreto nº 5.626/05 definiu e defendeu a educação bilíngue para as pessoas surdas, garantindo o uso da Libras e da Língua Portuguesa na escola (Muttão; Lodi, 2018).

Considerando a abrangência necessária ao processo de ensino e aprendizagem, importa compreender que entre as demandas inerentes à inclusão das pessoas surdas situa-se a necessidade de que os conteúdos de Educação Financeira sejam disponibilizados a esse público, viabilizando sua compreensão.

A Educação Financeira representa um objeto de estudo cujo interesse acadêmico caracteriza-se pela multidisciplinaridade, o que contribui para que seja tratada como uma temática relevante. A proposta relacionada à investigação acerca das dificuldades impostas à efetividade da Educação Financeira dos surdos reveste-se de importância acadêmica e social, considerando tratar-se de uma temática cuja escassez de pesquisas não reflete a dimensão social e a necessidade de iniciativas que possam minimizar tais obstáculos. Desse modo, ao investigar a realidade de uma localidade específica, como é o caso de Governador Valadares, pode-se favorecer a compreensão das situações apresentadas em outras cidades.

A análise voltada à realidade de Governador Valadares reveste-se de representatividade, diante do fato de que a dimensão do município, de médio porte, reflete o cenário de diversas outras localidades. Além disso, tem-se o fato de que a cidade é um polo regional, representando caracteres significativos em relação aos objetivos da pesquisa, principalmente no que se refere à oferta de ensino e à heterogeneidade da população atendida.

A educação financeira é essencial para o desenvolvimento econômico sustentável, mas muitas vezes é negligenciada para grupos específicos, como os surdos. Este trabalho, inclusive, não se limita a uma investigação acadêmica, mas tem o potencial de gerar impacto real e social, identificando obstáculos e necessidades específicas da comunidade surda em relação à educação financeira. A pesquisa pode permitir o desenvolvimento de programas de ensino mais inclusivos e eficazes, podendo ter reflexos diretos na capacidade dos surdos de gerir suas finanças pessoais e contribuir para uma sociedade economicamente saudável. Diante das contextualizações trazidas, delineou-se o seguinte problema de pesquisa: quais são os obstáculos relacionados ao aprendizado da Educação Financeira na escolarização das pessoas surdas?

Considera-se que os resultados da pesquisa são relevantes, visto que frente à compreensão desta pesquisa, propicia-se que os materiais didáticos de educação financeira sejam desenvolvidos de forma acessível para surdos. Defende-se uma proposta que seja utilizada a língua de sinais, os recursos visuais e outros recursos que auxiliem na compreensão do conteúdo. A difusão da importância da educação financeira para surdos também é importante. Ela pode ser feita por meio de campanhas educativas, palestras e outras ações que promovam a conscientização sobre esse tema.

Ressalta-se, no entanto, que nos estudos anteriores, nos quais abordam a educação financeira, nota-se que existe uma lacuna em que a presente pesquisa propõe aprofundar e apontar ações acerca da educação financeira em materiais diversos para a comunidade surda.

Este trabalho tem como objetivo geral investigar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas surdas, dos diferentes níveis de escolarização, no acesso a materiais didáticos e recursos voltados à educação financeira. Os objetivos específicos são abordar a importância do conhecimento contábil-financeiro, contextualizar a educação e alfabetização financeira no Brasil e discutir a respeito da oferta de educação financeira para promover a inclusão financeira das pessoas surdas.

Estruturou-se este trabalho em cinco seções. A primeira dissertou sobre a introdução. A segunda versa a respeito do referencial teórico que enfatiza em seus tópicos o contexto da contabilidade e dos controles financeiros, o campo da educação e alfabetização financeira no Brasil e sua focalização para surdos. A terceira descreve a metodologia e o percurso da pesquisa. A quarta seção relata os resultados e a discussão deles. Finaliza-se com a quinta seção que evidencia as considerações finais interligando os principais resultados com a fundamentação teórica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade: elementos e controles financeiros

O campo de estudo da Educação Financeira, neste trabalho, perpassa pelos conhecimentos e ramificação da ciência contábil, na qual tem como objeto de estudo o patrimônio das entidades que podem ser pessoas jurídicas ou físicas. Antes da metade do século XX, as finanças compreendiam uma área de estudo pouco desenvolvida, focada na descrição de questões institucionais, contábeis e legais. Os modelos matemáticos utilizados eram simples, limitados ao cálculo do valor do dinheiro no tempo e do valor presente da empresa. Nesse sentido, aponta-se que a contabilidade e finanças são áreas intimamente relacionadas. A assertiva está baseada na escola americana de contabilidade voltada para aspectos práticos (Cordeiro, 2020).

A contabilidade como ciência social, pode ser concebida como um conjunto de regras e procedimentos utilizados para registrar, mensurar e comunicar informações econômicas de uma entidade. Essas regras e procedimentos são socialmente construídos, ou seja, são criados e aceitos por uma sociedade.

Ao longo do tempo, as práticas contábeis se tornaram institucionalizadas, o que significa que são amplamente aceitas e consideradas necessárias. Ressalta-se que mesmo as práticas contábeis que não são institucionalizadas podem ser impostas por lei (Azevedo; Pigatto, 2020).

Nesse contexto, a Contabilidade, em suas vertentes financeira e gerencial, representa um conjunto de práticas voltadas aos componentes patrimoniais das organizações. Assim, a evolução do conhecimento contábil resultou no desenvolvimento de mensuração e análise.

A contabilidade gerencial é uma área da contabilidade que fornece informações financeiras e não financeiras para os gestores internos. Tais informações são utilizadas para auxiliar na tomada de decisões estratégicas, operacionais e de controle. No paradigma econômico, as práticas de contabilidade gerencial são consideradas instrumentos que contribuem para o alcance dos objetivos da organização e podem ser utilizadas para melhorar a eficiência, a produtividade e a lucratividade da empresa (Russo et al., 2022). Portanto, nela se insere os controles das finanças.

A contabilidade se relaciona diretamente ao planejamento. Verifica-se que os resultados obtidos por meio da utilização dos sistemas e do conhecimento contábil se

refletem nas decisões de caráter econômico-financeiro, que passam a ser subsidiadas por fundamentos consistentes. Um exemplo de como esse conteúdo pode, conforme Sá (2008), ser utilizado para obter informações relevantes é por meio da avaliação das demonstrações contábeis. Essa técnica consiste em analisar, comparar e interpretar os demonstrativos financeiros de uma empresa, com o objetivo de obter informações sobre a sua saúde econômica e financeira. As demonstrações contábeis podem ser comparadas com as de outras empresas do mesmo setor, ou com os padrões de desempenho esperados para o setor se utilizando de diversos sistemas.

Os sistemas contábeis são compreendidos por Hurt (2014) como um conjunto de atividades interligadas, formadas por tecnologias e documentos. A finalidade desses sistemas é de coletar dados, processá-los e emitir relatórios para um público diverso de tomadores de decisão, tanto internos quanto externos à organização. A implementação adequada de um sistema de informações contábeis pode aprimorar significativamente a capacidade de tomada de decisão em várias áreas nas organizações.

O planejamento e o controle são componentes importantes nas organizações e que, relacionando-se de modo direto com a contabilidade, produzem informações úteis à tomada de decisões, sendo importante a realização da distinção de que a administração se volta ao futuro, enquanto a contabilidade registra os dados do passado. A função, portanto, da administração, inclui os aspectos ligados ao planejamento, que possui os demonstrativos contábeis como contribuição decisiva (Gitman, 2017).

Verifica-se que a Contabilidade se relaciona às análises e decisões no campo econômico-financeiro e gerencial, possibilitando a adequada gestão e fornecendo os subsídios necessários à tomada de decisão. A gestão econômica de uma organização é responsável por gerar lucro, enquanto a gestão financeira é responsável por administrar os recursos. Ambas são essenciais para o sucesso da organização, pois permitem o controle das principais variáveis que afetam o negócio (Ramírez-Urquidy; Aguilar-Barceló; Portal-Boza, 2018).

A gestão econômica é responsável por realizar as atividades da empresa de forma eficiente e eficaz, garantindo assim os resultados esperados (Ramírez-Urquidy; Aguilar-Barceló; Portal-Boza, 2018). Ela, no entanto, não se restringe à realidade das empresas, estendendo-se também às finanças pessoais. Em especial, nesse campo tem-se a educação financeira. Todavia, a acessibilidade aos conhecimentos da

educação financeira é restrita a alguns públicos. Essa educação pode ser aprendida e aperfeiçoada com as bases da ciência contábil, pois seus preceitos são direcionados para a gestão do patrimônio.

2.2 Educação e alfabetização financeira no Brasil

O conhecimento a respeito das práticas que se relacionam aos investimentos, finanças pessoais e educação financeira representa um componente importante no que se refere ao desenvolvimento social e econômico da população brasileira. Considerando os diferentes estratos sociais e as particularidades regionais, bem como diante das dimensões continentais do país e das históricas desigualdades, os saberes inerentes à educação financeira conquistam especial importância e complexidade. Bessa e Ronchi (2017) consideram que a educação financeira representa um processo de consciência e compreensão no que se refere aos riscos e oportunidades inerentes ao bem-estar financeiro.

Os estudos de Manfredini, Cervený e Diniz (2021) refletem que a educação financeira deve ser realizada durante toda a vida de um indivíduo, considerando que o aprendizado acerca das formas de lidar com o dinheiro carece de continuidade e em conformidade com cada fase da vida. Dessa forma, observa-se que a educação financeira possui interseções com a Psicologia Financeira que, entre outros pontos, tem como linhas de pesquisa a psicologia do dinheiro, da dívida, da poupança, da socialização econômica, do comportamento do consumidor e da administração financeira.

A Educação Financeira faz parte de um conjunto de práticas e conhecimentos que estão relacionados às diversas atividades do cotidiano. A amplitude das propostas inerentes à Educação Financeira diz respeito à eficácia na gestão financeira, às decisões sobre investimentos viáveis, ao entendimento de impostos, inflação e taxas de juros. É, portanto, uma maneira de incentivar o consumo consciente, fortalecer o pensamento crítico e orientar sobre o uso mais adequado do dinheiro (Pabis; Silva, 2022).

A correlação entre a pobreza e a educação financeira representa, no Brasil, uma análise de necessária realização, considerando que no cenário de desigualdade social e de carência de recursos, inclusive do mínimo existencial, torna-se difícil compreender a inserção dos conhecimentos relacionados à racionalização quanto aos gastos e

adoção de uma dinâmica de investimentos.

Esta realidade, supracitada, pode ser mais bem compreendida a partir da observação dos fatores sociais que fazem com que os segmentos da sociedade que têm menor poder apresentam-se mais suscetíveis à exclusão financeira. Lana (2013) realizou a análise acerca dos fatores sociais e possíveis causas tanto da facilitação quanto da imposição de dificuldades para a utilização de serviços e produtos financeiros.

Conforme Lana (2013), o sistema financeiro é uma estrutura complexa suscetível a uma gama variada de influências, sendo que algumas categorias principais podem ser identificadas como fatores determinantes. A primeira delas trata-se do mercado de trabalho em constante mutação, com sua flexibilização e aumento da informalidade, pode dificultar o acesso ao crédito devido à instabilidade da renda. Além disso, a liberalização dos mercados pode ampliar o acesso a diferentes segmentos, mas também pode resultar na eliminação de instituições financeiras tradicionais dedicadas a pessoas de baixa renda.

A pesquisa de Fonseca (2022) investigou a conexão entre pobreza e educação financeira no processo de tomada de decisões financeiras. Ele observou que a pobreza não está apenas ligada à falta de recursos materiais ou à escassez de renda, mas também afeta a maneira como as pessoas tomam decisões financeiras, podendo criar uma carga cognitiva adicional que torna a tomada de decisões econômicas mais desafiadoras.

Outro fator que integra a estrutura do sistema financeiro trata-se da imposição de regulamentações mais rígidas para combater a lavagem de dinheiro aumentam a burocracia nas transações financeiras e os custos para as instituições, possivelmente repassados aos clientes.

Com relação às políticas fiscais, estas podem tanto facilitar a inclusão financeira quanto desencorajar a abertura de contas bancárias, especialmente quando envolvem o pagamento de benefícios assistenciais em dinheiro. Além disso, as mudanças demográficas, como a alta propensão dos jovens ao crédito e a resistência dos idosos às tecnologias financeiras modernas, também moldam o sistema.

Por derradeiro, fatores como desigualdade de renda e educacional, políticas assistenciais e questões sociais, como nível de educação, cultura e localização geográfica, desempenham papéis significativos. Essas influências podem resultar em diversas consequências, como redução da inclusão financeira, aumento dos custos

dos serviços financeiros, dificuldade de acesso ao crédito e poupança, maior risco de inadimplência e instabilidade no sistema financeiro. Recomenda-se a implementação de políticas públicas para promover a inclusão financeira, a redução da burocracia nas transações, a educação da população sobre a importância do sistema financeiro e investimentos em tecnologia para tornar os serviços mais acessíveis (Lana, 2013).

Conforme Tommasi e Lima (2017), o objetivo da educação financeira é possibilitar a melhoria da qualidade de vida do indivíduo e de sua família, seja no presente ou no futuro, obtendo de forma inteligente o êxito nos objetivos pessoais. A educação financeira é uma ferramenta que ajuda no desenvolvimento e na qualidade das decisões financeiras onde estão exatamente ligadas aos níveis de inadimplência, endividamento e investimento.

Porém, uma administração das finanças requer doutrina e modificações de costumes e condutas de comportamentos. Iniciando rapidamente o planejamento é bem melhor a percepção de resultados positivos (Tommasi; Lima, 2017).

Conforme Silva *et al.* (2017), a educação financeira, entre outros pontos, favorece para que o indivíduo possa ter melhores resultados em situações adversas, como nos cenários de crise ou desemprego. Os fatores que podem conduzir o indivíduo ao endividamento devem ser considerados para que se possa elaborar um plano de contingência, semelhante ao que é realizado pelas organizações.

No entanto, observa-se que existem dificuldades no sentido de possibilitar a educação financeira às pessoas. Kimura (2003) afirma que a complexidade da tarefa de se ofertar a educação financeira deriva da incipiência das metodologias passíveis de incorporar a heterogeneidade do público, indicando os investimentos mais adequados a cada perfil, mas apresenta potencialidades, como a exploração de elementos teóricos.

As vantagens sociais proporcionadas pela Educação Financeira se estendem para toda a sociedade, inclusive para o desenvolvimento do mercado. Verifica-se que o público informado contribui para a criação de um mercado mais eficiente e competitivo (Braunstein; Welch, 2002).

Os consumidores que se mostram conscientes necessitam de produtos que estejam em conformidade com suas necessidades financeiras tanto de curto quanto longo prazo, o que passa a exigir a comercialização de produtos com características adequadas às demandas do público (Braunstein; Welch, 2002). Verifica-se, desse modo, a necessidade de desenvolvimento de estratégias que possam primeiramente

trazer a Educação Financeira para o cotidiano das escolas e da sociedade em geral e, posteriormente, fazer com que esse ensino mostre efetividade em proporcionar aos cidadãos a capacidade de gestão de seus recursos.

A implementação eficaz da Educação Financeira pode prevenir cenários como aquele exemplificado por Santos, Silva e Gonzales (2018), que indicam que indivíduos com baixa alfabetização financeira tendem a cometer mais erros e possuem menos consciência sobre as opções disponíveis no contexto financeiro. Essas pessoas também têm uma tendência maior a buscar empréstimos junto a familiares e amigos. Os autores também ressaltam que, de acordo com a orientação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os produtos financeiros devem ser oferecidos aos consumidores com garantias de segurança e eficácia, acompanhados por regulamentos transparentes e sob a supervisão das autoridades de proteção ao consumidor.

A determinação internacional sobre a educação financeira enfatiza a importância de seu início nas escolas, com o uso de métodos que estimulem os discentes a refletir sobre seus padrões de consumo, promovendo uma maior conscientização sobre as complexidades envolvidas nas transações financeiras, visando otimizar os recursos disponíveis para a preparação para a vida (OCDE, 2015). É evidente que esses princípios, embora abrangentes, devem ser adaptados às necessidades educacionais específicas de cada país.

Em diversos países desenvolvidos, como os Estados Unidos e o Reino Unido, a educação financeira já foi incorporada ao currículo das escolas secundárias, embora em regime opcional. Além disso, há uma oferta significativa de programas por parte do setor privado, como instituições financeiras.

No contexto brasileiro, embora existam algumas iniciativas independentes voltadas para a conscientização financeira, essas ainda são incipientes em termos de fornecimento de conhecimento (Vieira; Bataglia; Sereia, 2011).

Nos Estados Unidos, o governo mantém um site dedicado à promoção da educação financeira entre a população, criado pela Comissão Federal de Letramento e Educação Financeira. Essa comissão é composta por vinte e dois órgãos públicos, com apenas um deles equivalente ao Ministério da Educação do Brasil, demonstrando a natureza multidisciplinar inerente à educação financeira, que deve ser a essência desse tipo de instrução (Saraiva, 2017).

Na França também há uma iniciativa para fornecer educação financeira à

população, principalmente coordenada pelo Ministério da Educação, com o apoio da Autoridade dos Mercados Financeiros, da Federação Bancária Francesa, do Banco da França e do próprio Ministério da Educação Nacional (Saraiva, 2017).

A educação financeira no Brasil vem mostrando uma evolução no sentido de se conferir importância às ações nesse sentido. No entanto, o que se observa é a necessidade de que seja aportada maior efetividade e abrangência, mormente com o papel do Poder Público e da iniciativa privada, atuando de modo complementar. A discussão envolve alguns pontos que inserem maior complexidade às análises, como a pobreza e desigualdade social. Conforme Lana (2013), a financeirização das relações sociais e a exclusão financeira são variáveis que compõem os estudos sobre a educação financeira.

As ações voltadas à educação financeira no Brasil indicam uma evolução quanto à criação de novos espaços de discussão e de ensino. Todavia, ainda se verifica a necessidade de evolução desse processo e um dos problemas enfrentados é a ausência de uma estratégia abrangente para mensuração universal do nível de educação financeira da população. A falta desse modelo atua como obstáculo para que seja identificado o modo como deve se processar a educação financeira nos diversos estratos populacionais (Vieira; Moreira Júnior; Potrich, 2019).

Observando a iniciativa governamental realizada no Brasil voltada à Educação Financeira, identifica-se o site denominado Vida e dinheiro, que integra a Estratégia Nacional de Educação Financeira, determinada pelo Decreto nº 7.397/2010 (BRASIL, 2010). O objetivo da estratégia é proporcionar a contribuição para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoio às ações que favoreçam a tomada de decisões financeiras mais conscientes e autônomas por parte da população. Tal decreto, no entanto, foi revogado, tendo entrado em vigor o Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020, que instituiu a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.

Acerca da estratégia brasileira, Saraiva (2017) afirma que, mesmo que exista referência à cidadania, é difícil constatar, diante da análise preliminar do conteúdo, esta orientação no site oficial. No entanto, trata-se de uma discussão necessária e, mais que isso, a colocação em prática de medidas efetivas.

Conforme Kiyosaki (2018), a educação financeira representa uma necessidade em todas as faixas etárias, considerando que são específicas as demandas de cada uma delas. Importa, nesse sentido, compreender que, desprovidas de educação

financeira, as pessoas, de forma descuidada, enviam seu dinheiro para o governo por meio de impostos; para os bancos, dívidas dos financiamentos de casas, carros, cartão de crédito e empréstimos estudantis; bem como para as empresas de petróleo, energia elétrica e produtores de alimentos, por meio da inflação.

Os investidores que possuem uma conta de previdência privada enviam dinheiro para os bancos, o que faz com que as pessoas ricas fiquem cada vez mais ricas e os pobres permaneçam pobres. Além disso, a classe média carece de trabalhar ainda mais (Kiyosaki, 2018).

Nesse sentido, Santos (2014) considera que a educação financeira se correlaciona às etapas de desenvolvimento das pessoas. Na infância, começa-se a promover as interações entre as pessoas, sem, no entanto, uma compreensão acerca do valor do dinheiro. Ainda que a criança não tenha conhecimento a respeito das diferenças entre os valores monetários, a características psicológicas e os exemplos das pessoas com quem convivem contribuem para que iniciem seu entendimento e os critérios que serão norteadores de sua vida financeira.

Para as crianças, tudo é fácil, bastando pedir qualquer coisa que os pais irão adquirir. O dinheiro não é problema, está sempre disponível, somente dependendo da boa vontade dos pais para eternamente agradá-los. Para que essa visão enganosa sobre dinheiro comece a mudar, é importante que os pais comecem a destacar, de forma cada vez mais frequente, o seu significado, a sua importância, como é obtido, o que ele compra e o que acontece quando ele acaba (Santos, 2014).

Nessa fase, o aprendizado muitas vezes pode ser introduzido de forma lúdica, através de jogos e brincadeiras, que são os recursos que mais atraem o interesse das crianças. A escola, como encarregada de promover o aprendizado das crianças, também tem um papel essencial na promoção de seu desenvolvimento.

Durante o período em que a criança estiver com os professores, a educação financeira deverá ser trabalhada por meio de brincadeiras, de pesquisas, de histórias, de reportagens que, se bem estruturadas, exercerão uma significativa influência no desenvolvimento da criança. A escola deve estimular constantemente o trabalho com atividades envolvendo dinheiro, por serem atividades de mudanças de atitudes e de comportamento. As formas didáticas e os materiais da educação financeira precisam ser adequados para a compreensibilidade das pessoas com necessidades especiais, entre elas os surdos.

2.3 A educação financeira voltada aos surdos no Brasil

A educação financeira no Brasil pode ser considerada como um tema ainda abordado de forma incipiente, considerando a escassez de políticas públicas nesse sentido. Segundo Pinheiro e Rosa (2020), discentes surdos podem ter dificuldades em aprender matemática, especialmente em conceitos básicos como sequências numéricas, representações e relações, cálculos matemáticos e resolução de problemas. As pessoas surdas podem apresentar dificuldades para entender conceitos matemáticos como razão, proporção e cálculo mental.

Esses conceitos são essenciais para o desenvolvimento de raciocínio proporcional, compreensão do conceito de porcentagem e conteúdos relacionados à educação financeira. Essas habilidades são necessárias para o desenvolvimento de cidadãos reflexivos e críticos (Pinheiro; Rosa, 2020).

Portanto, a educação financeira é conceituada pela OCDE como sendo o processo de aprender sobre conceitos e produtos financeiros, desenvolver valores e competências para tomar decisões informadas e agir de forma responsável com o dinheiro (Cunha, 2020).

A análise a respeito da educação financeira envolve também aspectos conceituais que perpassam o contexto e debate acerca da alfabetização financeira. Essa, segundo Silva et al. (2017), trata-se do conhecimento acerca da necessidade de racionalização das decisões financeiras, pautando-se pela observação a respeito das necessidades e da disponibilidade de recursos.

A educação financeira pode ser útil em todas as fases da vida. Para as crianças, ela pode auxiliar na compreensão do valor do dinheiro, na gestão dos orçamentos e na poupança. Para os estudantes e jovens, pode proporcionar competências importantes que permitam viver com autonomia e, para os adultos, permite que planejem situações como a compra da casa própria, o sustento da família, o financiamento dos estudos dos filhos e a preparação para a aposentadoria (Pinheiro, 2013).

Cruz et al. (2020 apud Simões, 2022) propõem abordagens alternativas no ensino de porcentagem e resolução de problemas aritméticos para as pessoas surdas do Ensino Fundamental em seu trabalho intitulado. As autoras ressaltam a relevância do uso de elementos lúdicos para facilitar a compreensão do conteúdo pelos estudantes, encorajando-os a desenvolver pensamento crítico e, assim, aprofundar seus conhecimentos matemáticos. O artigo descreve uma unidade de ensino com

atividades adaptadas para atender às necessidades de pessoas com diferentes perfis.

De modo geral, quando se trata da educação financeira voltada a públicos específicos, tem-se a relevância de que as iniciativas sejam tomadas de modo a compreender a realidade de cada público, nos diferentes estratos socioeconômicos e perfis populacionais. Abordando especificamente os surdos, tem-se uma realidade que aponta para o desenvolvimento das políticas de inclusão, mormente a partir da difusão do ensino de Libras (Luchesi, 2016).

A língua de sinais é a língua materna das pessoas surdas. É por meio dela que elas aprendem, expressam suas emoções e se relacionam com os outros. A língua de sinais é essencial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos surdos. No entanto, os surdos também precisam aprender a ler e escrever, bem como a segunda língua oficial do país, que no Brasil é o português. Isso é necessário para que eles possam se integrar na sociedade, se relacionar com as pessoas ouvintes e ser autônomos.

Ao ensinar os surdos nas duas línguas, eles serão capazes e bem-sucedidos. Isso porque a língua de sinais é a língua natural dos surdos, enquanto o português é a língua da maioria da população. A combinação das duas línguas permite que os surdos se comuniquem com todos, tanto na comunidade surda quanto na comunidade ouvinte (Almeida; Silva, 2009).

Ao se referir à Língua Brasileira de Sinais (Libras), é importante utilizar a terminologia correta, evitando o termo "linguagem". Isso porque Libras é uma língua completa e complexa, com sua própria estrutura gramatical e vocabulário. A abordagem bilíngue de educação de surdos é uma metodologia recente no Brasil. Ainda há muito a ser estudado e desenvolvido, pois é uma metodologia importada de um país com estrutura escolar e política completamente diferentes das brasileiras (Honora, 2015).

O Decreto Federal n. 5626, de 22 de dezembro de 2005, assegura o direito ao ensino de Libras na escola. O aprendizado da língua pode acontecer na escola ou na família, dependendo da situação de cada surdo (Honora, 2015).

A inclusão da disciplina de Libras nos currículos de Ensino Superior no Brasil é um passo importante para a inclusão de pessoas surdas na universidade. A Libras é a língua natural da comunidade surda, e o seu ensino permite que estudantes surdos tenham acesso ao conhecimento e à formação profissional de forma plena e igualitária. Strobel (2006) argumenta que a inclusão escolar de pessoas surdas ainda é um

desafio no Brasil. Isso ocorre porque as escolas inclusivas, embora sejam um avanço em relação à segregação, ainda estão organizadas sob a perspectiva de pessoas ouvintes. Como resultado, os espaços escolares podem ser inacessíveis e excludentes para pessoas surdas.

A formação dos professores para atender aos requisitos necessários à inclusão deve compreender uma qualificação que seja, de preferência, de nível superior, mas, enquanto isso não for possível, os professores podem participar de cursos de qualificação profissional oferecidos pelas secretarias de educação, instituições de ensino superior e organizações não governamentais representativas das comunidades surdas. A formação de professores para as pessoas surdas deve ser abrangente e incluir conhecimentos sobre a língua portuguesa, a língua de sinais e a cultura surda (Lima, 2006).

A disciplina de Libras na graduação de licenciados é uma exigência legal para atender à demanda de educação inclusiva para pessoas surdas. A língua de sinais é a língua materna da comunidade surda, e seu domínio é essencial para a comunicação e interação de surdos e ouvintes. A disciplina de Libras deve ocupar um espaço significativo no currículo dos cursos de formação de professores, pois é fundamental para a formação de profissionais capacitados para atender à diversidade linguística e cultural da sociedade. É necessária a definição a respeito do conteúdo mínimo que deve ser abordado na disciplina de Libras, de quais são as metodologias mais eficazes para o ensino de Libras e do modo como deve se processar o ensino para garantir a qualidade do ensino de Libras. Essas questões são importantes para o aprimoramento da formação de professores e para a garantia do direito à educação inclusiva para pessoas surdas (Kendrick; Cruz, 2020). Assim, importa compreender a influência da qualidade da formação docente como elemento imprescindível ao ensino das pessoas com deficiência auditiva.

Alberton e Carneiro (2016) atuaram como professores de discentes surdos em uma escola bilíngue no sul do Brasil. Os autores discutem as diferenças culturais nas metodologias de ensino de matemática utilizadas em escolas para surdos. Eles argumentam que é importante considerar a cultura das pessoas surdas ao ensinar matemática, a fim de promover seu crescimento e identidade.

Pesquisa realizada por Klôh e Carneiro (2019) identificou que professores de matemática para discentes surdos precisam de formação para compreender as necessidades específicas destes alunos e desenvolver estratégias de ensino eficazes. As pessoas surdas geralmente levam mais tempo para realizar tarefas, portanto, é

importante oportunizar a autonomia no aprendizado.

Com o objetivo de compreender as percepções e reflexões dos professores de Matemática em relação à inclusão de um aluno surdo em uma sala de aula regular, Silva e Segadas-Vianna (2019 apud Simões, 2022) desenvolveram um questionário, com respostas de 55 professores, para explorar as dificuldades enfrentadas por eles ao lidar com essa situação. O estudo destaca deficiências na formação inicial e contínua dos professores em relação às necessidades específicas das pessoas surdas no contexto da inclusão. O artigo destaca a importância da implementação de políticas públicas para promover a inclusão efetiva nas escolas brasileiras.

Pinheiro e Rosa (2020) discutiram as contribuições da etnomatemática para a promoção da educação financeira de discentes surdos bilíngues. Nesse contexto, verifica-se que, mesmo que a Matemática esteja relacionada à vida e à produção material do dia a dia, ela, por razões históricas, é comumente apresentada como ciência desligada da prática.

Nesse aspecto, Izá (2019) observa que as propostas metodológicas que consideram a resolução de problemas, a modelagem, o uso de tecnologias, a etnomatemática, a história da matemática como motivação para o ensino de tópicos do currículo, bem como o uso de jogos matemáticos no ensino são alguns exemplos de propostas de trabalho que visam à melhoria do ensino de matemática.

Ainda se verifica o privilégio concedido às aulas expositivas com fundamento na reprodução de conteúdo e de exercícios considerados importantes pelo professor, que serão copiados pelos estudantes de acordo com determinado modelo. Como consequência, observa-se uma valorização do processo de memorização de regras sem a preocupação de sua compreensão (Pinheiro; Rosa, 2020).

Tais práticas revelam a concepção de que é possível aprender matemática por meio de um processo de transmissão de conhecimento, ou até mesmo, que a resolução de problemas pode se reduzir a procedimentos estabelecidos pelo professor (IZÁ, 2019).

Nesse contexto, Pinheiro e Rosa (2016) afirmam que o emprego dos conhecimentos dos surdos, construídos de acordo com a sua cultura, em suas vivências dentro e fora da escola e em diferentes situações da sua vida, pode contribuir para o desenvolvimento de uma prática docente conectada com situações-problema enfrentadas no cotidiano. Estas ações têm como objetivo:

[...] progressivamente, conduzir os surdos a situações de aprendizagem que exigirão reflexões complexas e diferenciadas para a identificação de respostas, a reelaboração de concepções e a construção de conhecimento matemático, numa dinâmica interacionista entre professores e discentes (Pinheiro; Rosa, 2016, p. 77).

A combinação de metodologias de ensino que valorizam a Cultura de Surdos com atividades matemáticas baseadas em uma perspectiva etnomatemática, ensinadas em Libras, pode ser muito eficaz no ensino e aprendizagem de matemática para as pessoas surdas. Isso porque essa combinação promove momentos valiosos de discussão e reflexão, que são essenciais para o desenvolvimento da Educação Financeira (Pinheiro; Rosa, 2020).

A Etnomatemática é uma proposta para o ensino da Matemática que procura resgatar a intencionalidade do sujeito manifesta em seu fazer matemático, ao se preocupar com que a motivação para o aprendizado seja gerada por uma situação-problema por ele selecionada, com a valorização e o encorajamento às manifestações das ideias e opiniões de todos (Fonseca, 2009).

As atividades nesse sentido apresentam uma contextualização sob a perspectiva da Etnomatemática, propiciando uma aprendizagem de conteúdos relacionada aos estudantes surdos. É importante destacar que essa aprendizagem se torna possível com o auxílio da Libras, que favorece a compreensão dos enunciados e das soluções dos problemas propostos, bem como a autonomia dos estudantes surdos (Manrique; Viana, 2021).

Conforme Pinheiro e Rosa (2020), a Etnomatemática contribui para o desenvolvimento da Educação Financeira ao mostrar que o conhecimento matemático utilizado no cotidiano é o mesmo que é ensinado na escola. Isso ajuda as pessoas a entenderem a importância da Matemática na vida real e a se apropriarem desse conhecimento de forma crítica e reflexiva. Para que a Etnomatemática seja eficaz no desenvolvimento da Educação Financeira das pessoas surdas, é importante que os professores tenham uma formação crítica e fundamentada na prática e na teoria. Isso permitirá que eles criem espaços de reflexão crítica dos fenômenos enfrentados no cotidiano pelas pessoas surdas.

Os desafios da educação financeira para as pessoas surdas situam-se em torno da necessidade de estratégias educacionais inclusivas e adaptadas às suas especificidades. Isso envolve, sobretudo, a criação de materiais didáticos acessíveis, o uso da Língua Brasileira de Sinais como ferramenta principal de comunicação, e a

capacitação de educadores para abordarem o tema de maneira contextualizada e visualmente compreensível.

Além disso, a inclusão digital pode facilitar o acesso aos conteúdos financeiros para a comunidade surda, mas que é fundamental adaptar as tecnologias para atender às barreiras linguísticas e culturais. Em termos de perspectivas, há uma ênfase na criação de programas de alfabetização financeira específicos para surdos, com metodologias visuais e interativas que considerem o contexto sociocultural desses indivíduos, visando uma maior autonomia e integração econômica.

3 METODOLOGIA

No campo metodológico, quanto ao objetivo esta pesquisa classifica-se como qualitativa, exploratória, descritiva e documental, com utilização de estudo de caso.

Para o cumprimento dos objetivos propostos, realizou-se como método de coleta de dados, um levantamento junto a pessoas surdas, das diferentes faixas etárias e níveis de escolarização, na Associação de Surdos de Governador Valadares. Por meio de aplicação de questionário, buscou-se a identificação dos principais obstáculos e potencialidades inerentes à educação financeira de surdos no município. Além disso, procedeu-se à observação *in loco* como coleta de informações.

A Associação de Surdos de Governador Valadares foi fundada em 22/11/1990. A instituição está localizada na Avenida Paranaíba, nº 190, no bairro Ilha dos Araújos em Governador Valadares - MG, cuja atividade-fim volta-se à defesa de direitos sociais dos surdos.

A escolha dessa instituição se deve ao fato de que o autor desta pesquisa é monitor junto às pessoas surdas, sendo, portanto, definida como um estudo de caso por conveniência. A experiência com esse público permitiu a observação *in loco* das dificuldades de compreensão dos materiais didáticos e dos recursos da educação financeira. Ao atrelar a experiência com os estudos desenvolvidos no curso de graduação de Ciências Contábeis da UFJF Campus Governador Valadares, o autor decidiu realizar uma pesquisa de Educação Financeira para os atores surdos da associação. Dessa forma, defende-se que a formação acadêmica do pesquisador com relação às habilidades e competências desenvolvidas e atuação profissional como monitor na instituição analisada (Associação de Surdos de Governador Valadares), apontam relevância com relação ao contexto do desenvolvimento teórico e a realidade empírica, contribuindo com o campo da inclusão social e das políticas públicas e da contabilidade socioambiental.

O percurso da fundamentação teórica iniciou-se com a busca de artigos científicos, teses e dissertações nos bancos de dados Scielo e Google Acadêmico. Delineou-se as seguintes palavras-chave “ensino”, “surdos” e “educação financeira”. A consulta foi no período de janeiro a abril de 2024, sendo acessados 26 artigos e duas teses de doutorado. No campo legislativo utilizou-se o Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Foram também utilizados 11 livros que abordam aspectos relacionados à temática proposta.

Retornando a pesquisa de campo, aplicou-se questionário piloto para quinze

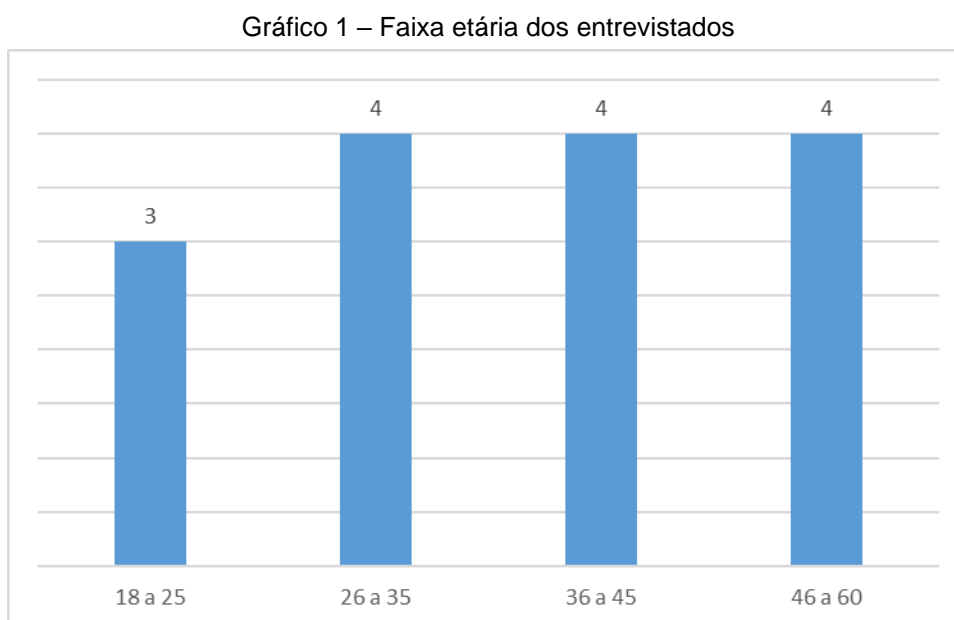
peças, os três primeiros foram considerados como questionário pré-teste com o objetivo de verificar a compreensibilidade das perguntas. Após, correção e ajustes de algumas perguntas, procedeu-se a aplicação ao total dos pesquisados, que foram orientados sobre a finalidade da pesquisa e assinaram o termo de consentimento.

A análise de dados baseada em observações realizadas *in loco* exige uma abordagem qualitativa e interpretativa, buscando compreender o fenômeno observado considerando o contexto e as interações entre os elementos presentes. Para conduzir essa análise, foi necessário inicialmente transcrever e organizar os registros de forma sistemática.

A etapa seguinte envolveu a identificação de padrões e comportamentos relevantes. Em seguida, realiza-se a análise temática ou de conteúdo, sendo que a análise de conteúdo foca na frequência de tópicos e a análise temática busca entender a essência dos temas e suas inter-relações. Por fim, a interpretação contextual correlacionou os dados com o ambiente, os atores sociais e o contexto cultural e físico, proporcionando uma compreensão mais profunda do fenômeno estudado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A oferta de educação financeira deve ocorrer nas diferentes faixas etárias, compreendendo as mudanças na forma como as pessoas lidam com seus recursos financeiros em cada etapa da vida, sendo importante em todas as fases (Kiyosaki, 2018, Manfredini; Cervený; Diniz, 2021). Desse modo, os conteúdos devem ser disponibilizados conforme a faixa etária do público-alvo, atendendo às demandas predominantes naquela fase da vida. A amostra foi composta por 15 pessoas, cujas faixas etárias encontram-se distribuídas conforme indicado no Gráfico 1:



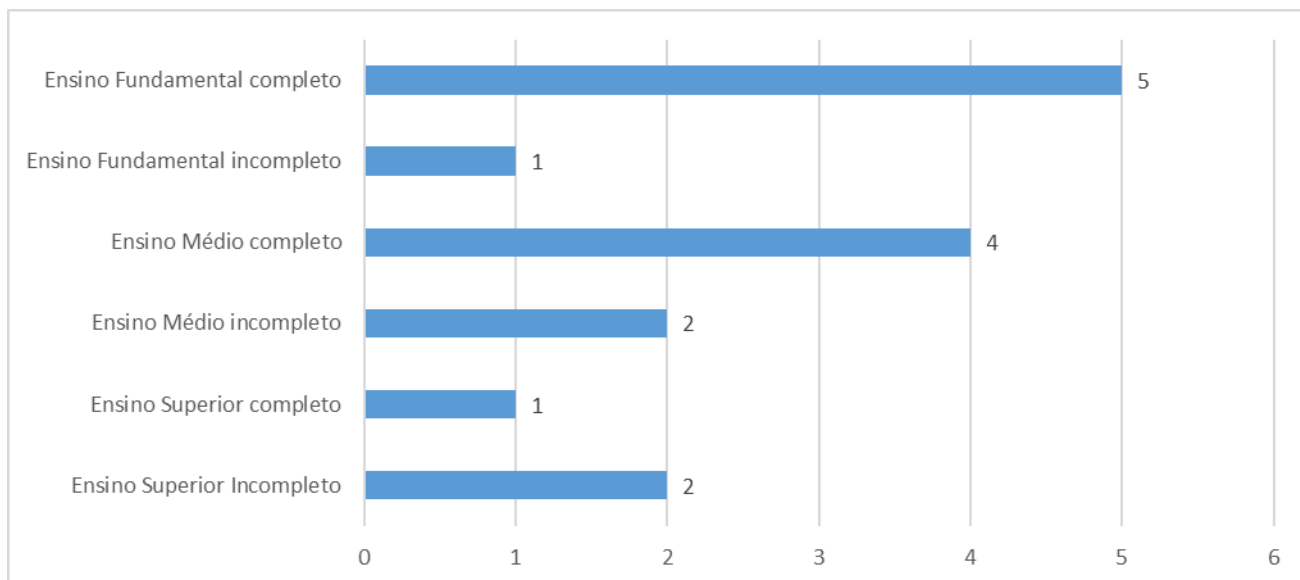
Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Verifica-se uma proximidade entre os quantitativos por faixa etária, com uma pequena prevalência das faixas entre 26 e 35 anos e 36 a 45 anos. Observa-se a importância de se considerar as necessidades, segundo citado por Luchesi (2016), considerando o desenvolvimento das políticas de inclusão e a partir da difusão do ensino de Libras.

Esta iniciativa tem como resultado a oferta de recursos metodológicos para aprimoramento da comunicação e, por conseguinte, da qualidade do ensino ofertado que, no campo da educação financeira, inclui a chamada alfabetização financeira, que conforme Silva et al. (2017), refere-se à racionalização das decisões financeiras. Além da adequação às faixas etárias do público-alvo, as metodologias devem levar em

consideração também a escolaridade dos indivíduos, que na presente pesquisa encontra-se apresentada no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Escolaridade dos entrevistados



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Observa-se a prevalência do público com Ensino Fundamental Completo, seguida dos entrevistados com Ensino Médio Completo. Evidencia-se uma possível dificuldade das pessoas surdas quanto à inclusão, diante dos fatores estruturais e metodológicos, ainda que a difusão do ensino de Libras possa contribuir de modo significativo para a melhora dos indicadores de escolarização das pessoas surdas. Nesse aspecto, destaca-se a necessidade da melhoria contínua da formação de professores aptos a trabalhar com Libras, conforme consideração de Kendrick e Cruz (2020), que observaram que esta disciplina deve ocupar um espaço significativo no currículo dos cursos de formação docente, voltando-se à inclusão.

No entanto, mesmo diante da maior abrangência da educação inclusiva, as abordagens que se relacionam à educação financeira ainda são incipientes nesse contexto. Tal situação não caracteriza somente a educação inclusiva, mas a educação como um todo. Conforme Vieira, Moreira Júnior e Potrich (2019) as iniciativas destinadas à promoção da educação financeira no Brasil evoluíram quanto à criação de novos espaços de discussão e de ensino, mas ainda carecem de melhorias. A falta de uma estratégia abrangente para caracterização do nível de educação financeira da população resulta em dificuldade para determinação da forma como deve se processar o ensino.

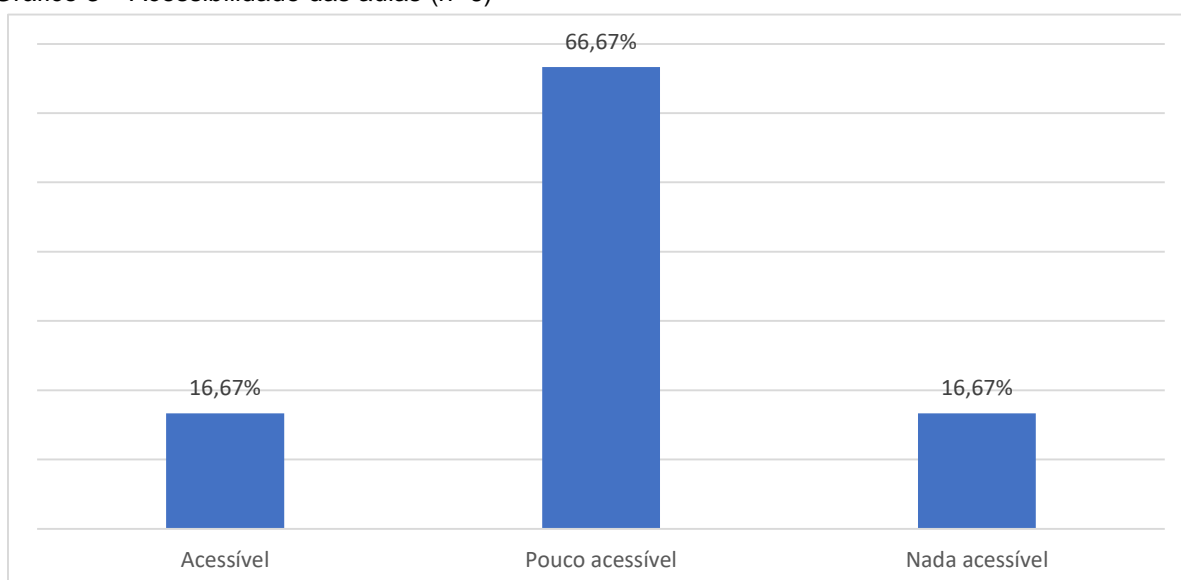
A oferta de aulas de educação financeira ainda é pequena, ainda que reconhecida como importante pelo Governo Federal, como exemplo do site denominado Vida e Dinheiro, que integra a Estratégia Nacional de Educação Financeira, determinada pelo Decreto nº 7.397/2010 (Brasil, 2010). Os participantes da pesquisa foram questionados sobre terem recebido aulas de educação financeira, com 6 tendo respondido que sim e 9 respondido que não.

Tem-se o predomínio de participantes que não tiveram aulas de educação financeira, o que corrobora o entendimento de Kimura (2003), a respeito da complexidade de ofertar a educação financeira, diante da incipiência das metodologias que atendam à heterogeneidade do público.

Vieira, Bataglia e Sereia (2011) compreendem que mesmo diante dessas ações voltadas para a conscientização financeira, elas não são suficientes para aportar conhecimento passível de utilização do dia a dia do público.

De modo específico, a comunidade surda é privada do conhecimento devido tanto à falta de uma estratégia que contemple a todos os públicos quanto a outros fatores que remetem à necessidade de capacitação docente para atendimento a essa população. Essa atenção exige a adoção de metodologias que promovam a acessibilidade, favorecendo a prática pedagógica e superando a fragilidade ora encontrada quanto ao ensino. Essa fragilidade das metodologias pode ser uma justificativa para a qualidade das aulas, que, no entendimento predominante dos entrevistados, foram pouco acessíveis (Gráfico 3):

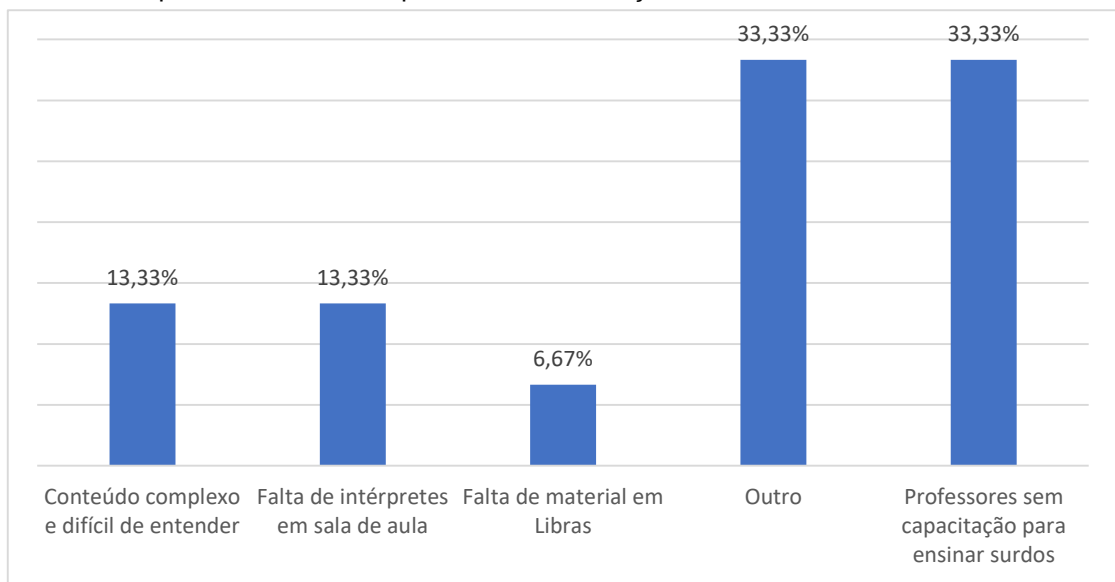
Gráfico 3 – Acessibilidade das aulas (n=6)



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Ressalta-se que somente os seis que afirmaram terem recebido as aulas responderam a essa pergunta. A pouca ou nenhuma acessibilidade das aulas faz com que estas não cumpram o objetivo de proporcionar o conhecimento básico passível de ser utilizado no cotidiano. A baixa acessibilidade que caracteriza as metodologias utilizadas para o ensino da educação financeira representa, desse modo, um obstáculo significativo, juntamente com outros indicados pelos entrevistados (Gráfico 4):

Gráfico 4 – Principais obstáculos ao aprender sobre finanças



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

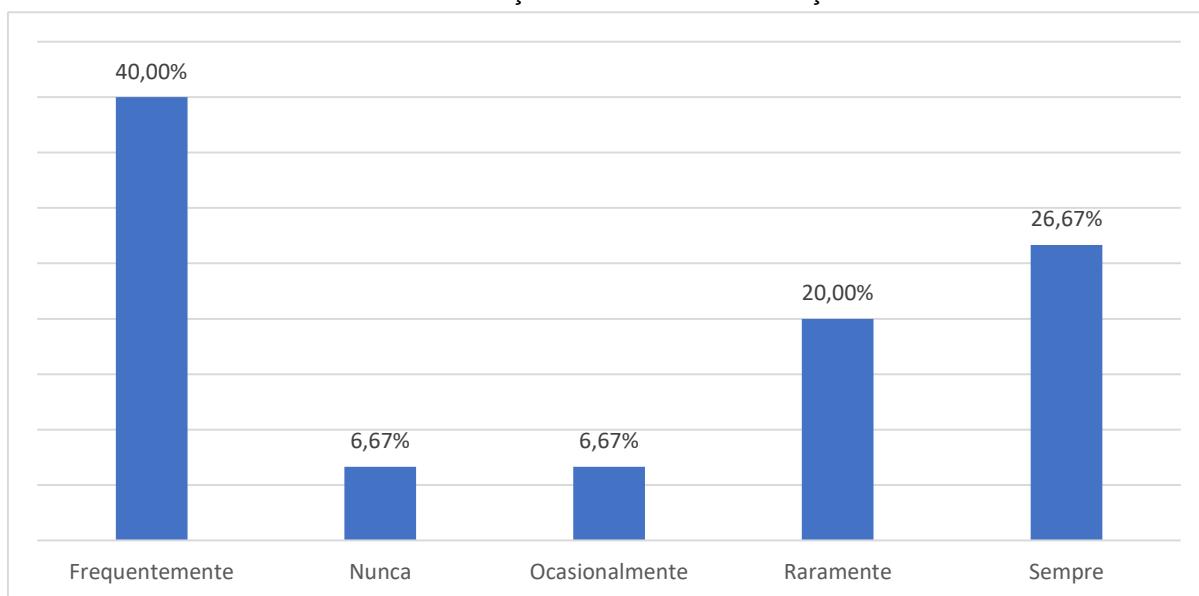
Sobre os obstáculos para aprendizagem das finanças, observa-se que para os participantes da pesquisa, a falta de capacitação, que se relaciona também à fragilidade das metodologias, à complexidade do conteúdo e a falta de intérpretes, predominou entre as respostas. Verifica-se também que a falta de material não foi muito citada, o que pode ser interpretado tanto sob o aspecto positivo, considerando a existência destes recursos, quanto do lado negativo, diante da possibilidade de que o material seja um problema de menor importância diante dos demais.

Destaca-se, conforme Alberton e Carneiro (2016), a necessidade de considerar a cultura das pessoas surdas, bem como a condição citada por Klôh e Carneiro (2019), de que é necessário que os professores de matemática desse público careçam de formação que os possibilite compreender as necessidades desses, bem como desenvolver estratégias de ensino que sejam eficazes.

Nesse sentido, a consideração de Izá (2019), revela-se pertinente ao propor diversas metodologias que podem favorecer o aprendizado por parte desse público.

Esse aporte de qualidade pode favorecer a compreensão dos indivíduos a respeito de situações do dia a dia, como exemplo do acesso a informações em bancos e instituições financeiras. A frequência com que ocorrem tais dificuldades pode ser verificada no Gráfico 5:

Gráfico 5 – Dificuldade em acessar informações em bancos e instituições financeiras

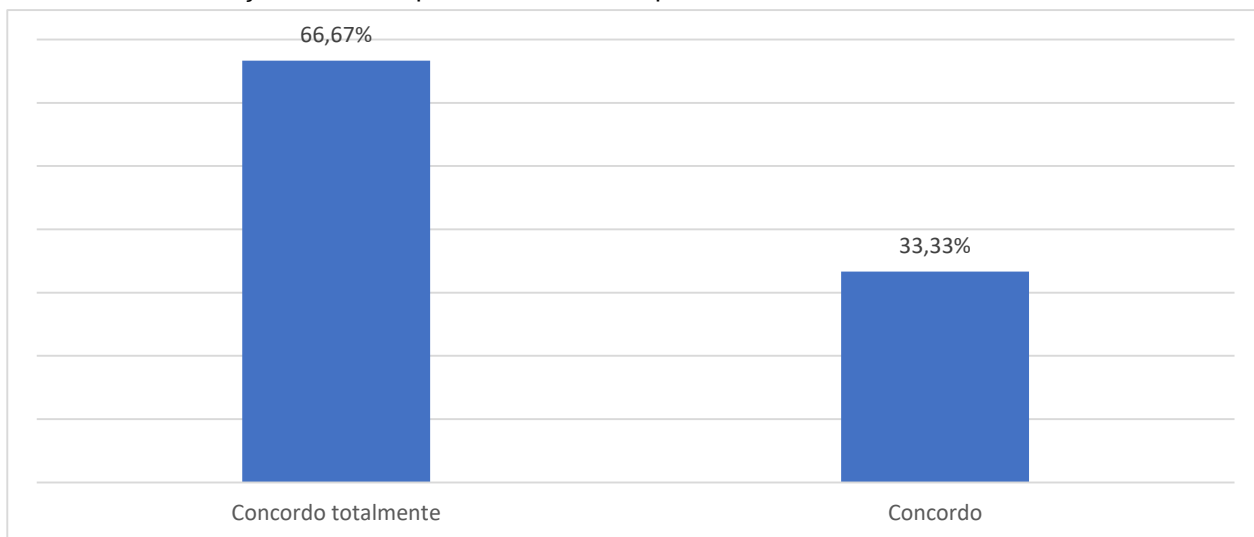


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

A maior frequência das respostas refere-se às dificuldades frequentes para acessar informações em bancos e instituições financeiras, bem como aquelas pessoas que sempre possuem tais dificuldades. Essa realidade deriva, entre outros aspectos, da condição citada por Lana (2013), de que o sistema financeiro é complexo e caracterizado por apresentar diversas influências.

Nesse aspecto, evidencia-se a necessidade de que a educação financeira seja suficientemente efetiva no sentido de proporcionar a capacidade de compreensão por parte do público, o que no caso das pessoas surdas, deve ser ofertado de modo adequado às necessidades específicas. Esses ajustes devem ter como objetivo, entre outros, melhorar a qualidade de vida das pessoas. A pergunta cujas respostas encontram-se indicadas no Gráfico 6 refere-se à correlação entre a oferta de educação financeira e a melhoria da qualidade de vida:

Gráfico 6 – A educação financeira pode melhorar sua qualidade de vida?

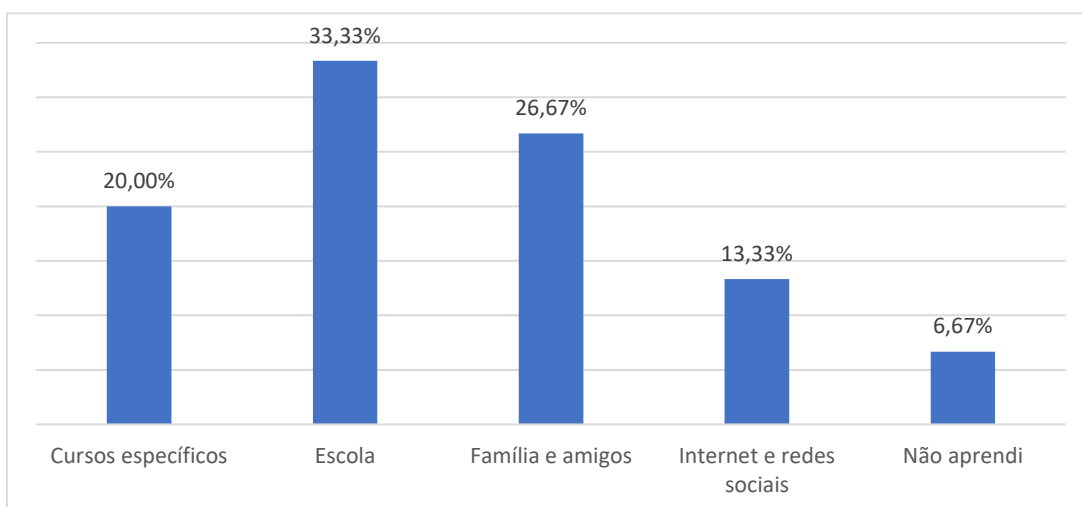


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

A maioria dos entrevistados concorda plenamente que a melhoria da qualidade de vida pode ser obtida a partir da educação financeira. Correlacionando a qualidade de vida com a própria condição socioeconômica e educação financeira, investigada por Fonseca (2022) esta conexão no processo de tomada de decisões financeiras leva ao entendimento de que a pobreza afeta o modo como as pessoas tomam decisões financeiras.

A qualidade da educação financeira ofertada depende de diversos fatores, para atender aos objetivos essenciais, como a melhoria da qualidade de vida. A forma como os participantes aprenderam pode ser observada no Gráfico 7:

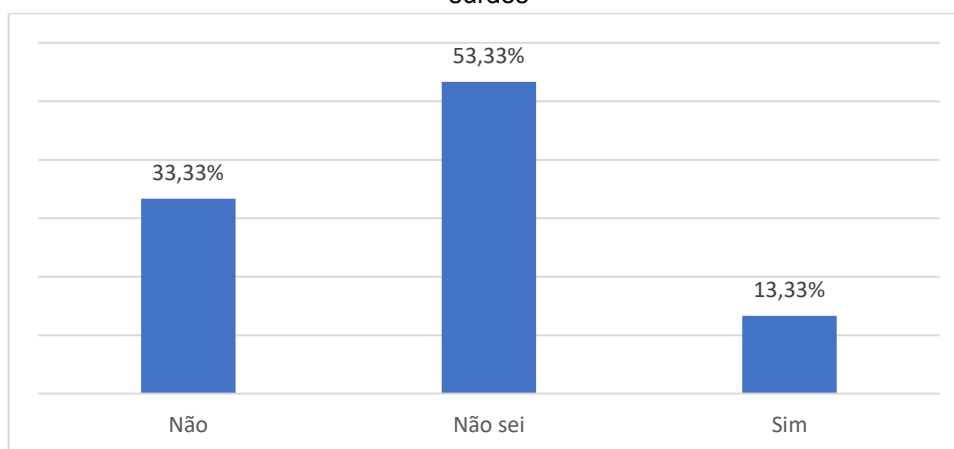
Gráfico 7 – Como você aprendeu sobre educação financeira?



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Mesmo considerando a pouca oferta da educação financeira no ensino formal, observa-se que, para os respondentes, a escola ainda é o local onde predominantemente ocorre o aprendizado por parte do público. Esta condição sugere a importância de que este ensino seja também ofertado em outros espaços, considerando que mesmo o público que não esteja matriculado no ensino formal carece desse tipo de conteúdo. Argumenta-se que, diferentes instituições, especialmente as escolas devem estar preparadas para a oferta da educação financeira. Nesse sentido, foi prospectada a percepção dos entrevistados sobre esse preparo nas escolas de Governador Valadares (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Preparo das escolas de Governador Valadares para oferecer educação financeira para surdos

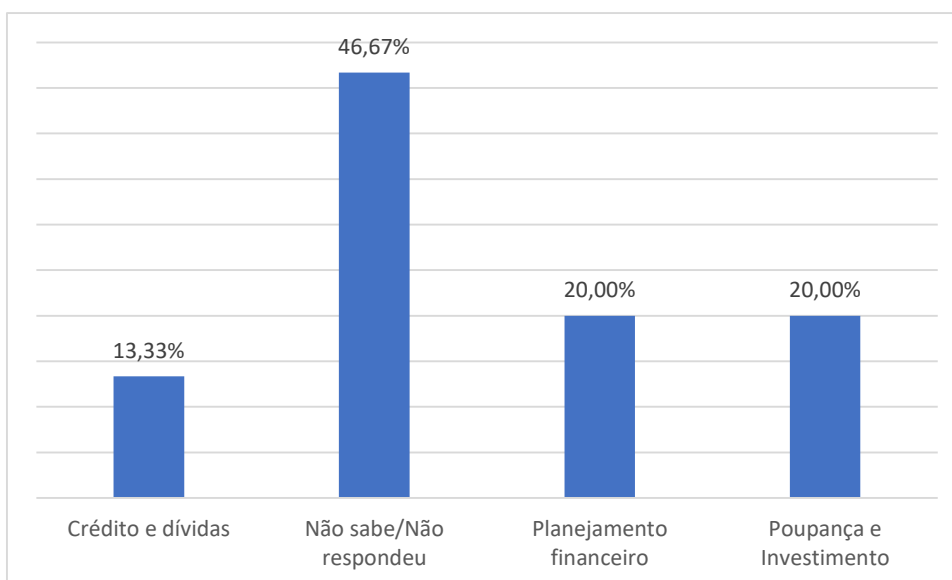


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

As consequências da baixa qualidade ou da inexistência da educação financeira são diversas, considerando, conforme Silva et al. (2017), que a educação financeira possibilita ao indivíduo melhores resultados em situações adversas, bem como o desenvolvimento de um mercado mais eficiente e competitivo, conforme citado por Braunstein e Welch (2002). Além disso, importa compreender que, segundo Santos, Silva e Gonzales (2018), as pessoas com baixa alfabetização financeira geralmente cometem mais erros e possuem menos consciência a respeito das opções disponíveis no âmbito financeiro.

Mostra-se relevante que a Educação Financeira envolva os conteúdos de interesse, conforme as diferentes faixas etárias. Essa adequação, além de favorecer o interesse por parte dos educandos, indica a aplicabilidade do conteúdo aprendido. No Gráfico 9 buscou-se identificar as habilidades consideradas pelos entrevistados como sendo as mais importantes a serem aprendidas.

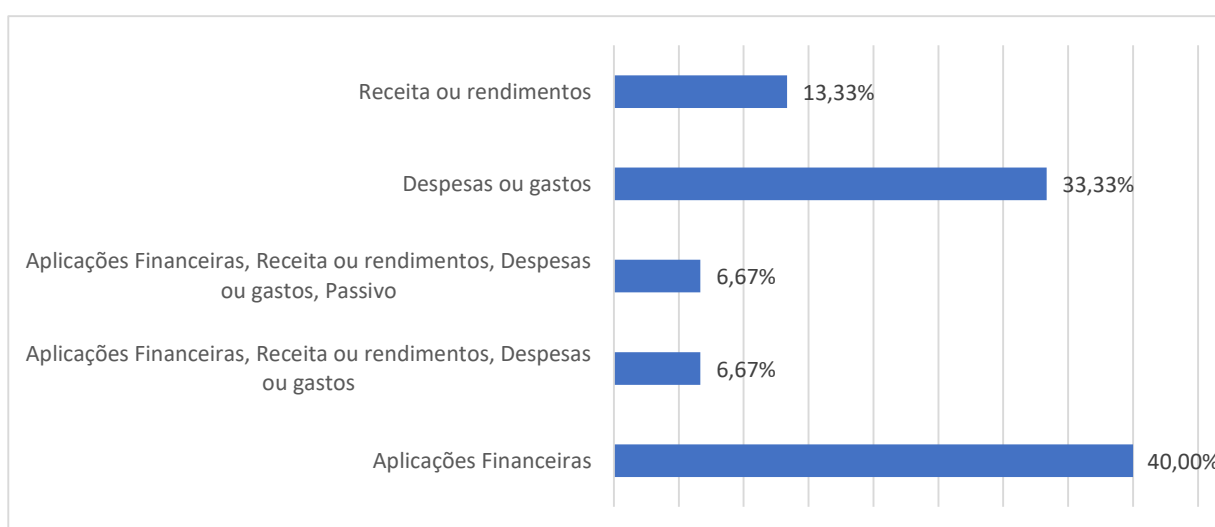
Gráfico 9 – Conteúdo financeiros consideradas mais importantes para aprender



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

A maioria dos participantes não sabem quais conteúdos são necessários para o aprendizado, o que pode sugerir a dificuldade até mesmo quanto à compreensão de conceitos básicos ou mesmo o desconhecimento muito significativo a respeito da prática e da utilidade da educação financeira. Esse desconhecimento pode ser expresso a partir do Gráfico 10, no qual encontram-se descritos os termos conhecidos pelos entrevistados.

Gráfico 10 – Termos cujo significado é do conhecimento do entrevistado

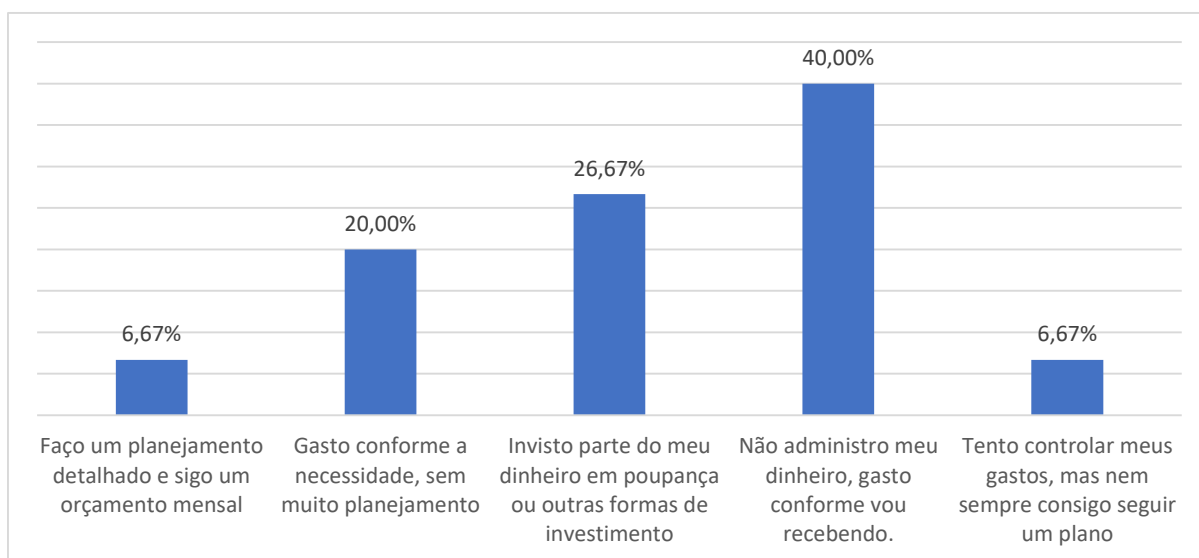


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

O conceito de aplicações financeiras, seguido da ideia de despesas ou gastos,

são os mais conhecidos por parte dos entrevistados. Ressalta-se, no entanto, a importância não apenas do conhecimento do significado dos termos, mas da forma como tal conteúdo pode contribuir para a educação financeira, no dia a dia do entrevistado. A forma como os recursos são administrados pelos participantes foi descrita conforme indicado no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Forma como administra o dinheiro



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

A inexistência da administração do dinheiro, prevalente entre as respostas, sugere tanto a incipiência da educação financeira quanto a necessidade de mudanças nesse sentido, como evidenciado pelo reduzido percentual de participantes que elaboram um plano e o seguem corrobora essa afirmação. Importa, no entanto, compreender que o percentual de investidores na poupança e em outras formas de investimento é significativo e corresponde à realidade nacional. Conforme Lima (2024), 25% da população brasileira investe em caderneta de poupança e metade não investe. Entre os que investem, a poupança é o investimento preferido de 68%.

De modo geral, compreende-se que as dificuldades relacionadas ao aprendizado de Educação Financeira por parte das pessoas surdas são diversas e abrangem tanto aspectos estruturais quanto metodológicos. Evidencia-se que a educação financeira no Brasil é um tema que ainda recebe pouca atenção, refletindo a escassez de políticas públicas eficazes para promover esse conhecimento entre a população, e isso se agrava no contexto da educação inclusiva para as pessoas surdas.

Pessoas surdas enfrentam dificuldades específicas no aprendizado de conceitos matemáticos básicos, como sequências numéricas, representações e relações, cálculos matemáticos e resolução de problemas. Essas dificuldades impactam diretamente a compreensão de conceitos essenciais para a educação financeira, como razão, proporção e cálculo mental, fundamentais para o entendimento de porcentagens e outras práticas financeiras básicas. A falta de entendimento desses conceitos matemáticos compromete o desenvolvimento do raciocínio crítico e a capacidade de tomar decisões financeiras informadas.

Além disso, as metodologias tradicionais de ensino de matemática, que muitas vezes dependem de aulas expositivas e memorização de regras, não atendem adequadamente às necessidades das pessoas surdas. É necessário que o ensino de matemática e, por extensão, da educação financeira, seja adaptado para incluir métodos que valorizem a cultura surda e usem a Libras como ferramenta principal de comunicação e aprendizado.

Outro obstáculo significativo é a falta de capacitação dos professores. Muitos professores de matemática, que são responsáveis pelo ensino de conceitos fundamentais para a educação financeira, não possuem formação adequada para lidar com as necessidades específicas das pessoas surdas. Essa deficiência na formação docente resulta em práticas pedagógicas inadequadas, que não consideram as particularidades culturais e linguísticas deste público, comprometendo a eficácia do ensino. A inclusão de Libras no currículo de formação de professores é um passo importante, mas ainda há muito a ser feito para garantir que esses profissionais estejam realmente preparados para oferecer um ensino de qualidade e acessível a todas as pessoas, independentemente de suas necessidades especiais. Além disso, a ausência de intérpretes e a falta de material didático específico para a educação financeira em Libras também são barreiras que dificultam o aprendizado desses discentes.

A acessibilidade das aulas de educação financeira para as pessoas surdas é outra preocupação. Pesquisas mostram que, mesmo quando esses discentes têm acesso a aulas de educação financeira, a falta de adaptação dos conteúdos e a baixa acessibilidade tornam essas aulas ineficazes, impedindo que os discentes adquiram o conhecimento necessário para utilizar no seu cotidiano. A falta de políticas públicas, inadequação metodológica, deficiência na formação de professores e baixa acessibilidade faz com que o aprendizado de educação financeira se configure como um desafio ainda maior para as pessoas surdas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas surdas enfrentam dificuldades específicas no aprendizado de conceitos matemáticos básicos, como sequências numéricas, representações e relações, cálculos matemáticos e resolução de problemas. Essas dificuldades impactam diretamente a compreensão de conceitos essenciais para a educação financeira, como razão, proporção e cálculo mental, que são fundamentais para o entendimento de porcentagens e outras práticas financeiras básicas. A falta de entendimento desses conceitos matemáticos compromete o desenvolvimento do raciocínio crítico e a capacidade de tomar decisões financeiras informadas.

Além disso, as metodologias tradicionais de ensino de matemática, que muitas vezes dependem de aulas expositivas e memorização de regras, não atendem adequadamente às necessidades das pessoas surdas. É necessário que o ensino de matemática e, por extensão, da educação financeira, seja adaptado para incluir métodos que valorizem a cultura surda e usem a Libras como ferramenta principal de comunicação e aprendizado.

Outro obstáculo significativo é a falta de capacitação dos professores. Muitos professores de matemática, que são responsáveis pelo ensino de conceitos fundamentais para a educação financeira, não possuem formação adequada para lidar com as necessidades específicas das pessoas surdas. Essa deficiência na formação docente resulta em práticas pedagógicas inadequadas, que não consideram as particularidades culturais e linguísticas das pessoas surdas, comprometendo a eficácia do ensino.

As considerações supracitadas evidenciam a solução do problema e dos objetivos deste trabalho. No tópico de resultados e discussões tem-se a descrição interpretativa dos gráficos que confirmam a assertiva anterior. De forma complementar foi possível verificar o elo dos resultados com a fundamentação teórica, em especial, os estudos de Kimura (2003), Luchesi (2016), Kendrick e Cruz (2020), Vieira, Moreira Júnior e Potrich (2019), Vieira, Bataglia e Sereia (2011) e Alberton e Carneiro (2016).

A inclusão de Libras no currículo de formação de professores é um passo importante, mas ainda há muito a ser feito para garantir que esses profissionais estejam realmente preparados para oferecer um ensino de qualidade e acessível a todos os discentes, independentemente de suas necessidades especiais. Além disso, a ausência de intérpretes e a falta de material didático específico para a educação financeira em Libras também são barreiras que dificultam o aprendizado por parte das

peessoas surdas.

A percepção, a partir das considerações dos entrevistados, é de que a educação financeira para as pessoas surdas apresenta desafios significativos, que vão desde a falta de estratégias metodológicas adaptadas até a ausência de professores capacitados para atender as demandas específicas desse público. Embora a difusão do ensino de Libras represente um avanço importante para a inclusão, a realidade aponta para a necessidade de políticas públicas que promovam um ensino mais acessível e alinhado às necessidades das pessoas surdas. Assim, é fundamental que as iniciativas contemplem a formação docente especializada, a inclusão de intérpretes e o desenvolvimento de materiais específicos para que a educação financeira contribua efetivamente para a melhoria da qualidade de vida dessa população, promovendo sua autonomia e cidadania financeira.

A acessibilidade das aulas de educação financeira para alunos surdos é outra preocupação. Pesquisas anteriores, descritas no referencial teórico, mostram que, mesmo quando esses alunos têm acesso a aulas de educação financeira, a falta de adaptação dos conteúdos e a baixa acessibilidade tornam essas aulas ineficazes, impedindo que os alunos adquiram o conhecimento necessário para utilizar no seu cotidiano.

A combinação da falta de políticas públicas, inadequação metodológica, deficiência na formação de professores e baixa acessibilidade faz com que o aprendizado de educação financeira se configure como um desafio ainda maior para os alunos surdos. Nessa vertente, este trabalho contribui para a reflexão de necessidades das políticas públicas de inclusão social com destaque para os surdos e o desenvolvimento de suas capacidades financeiras, ou melhor, avanços na educação financeira para esse público é essencial e se torna um elemento fundamental de liberdade e de conhecimento. No campo social, espera-se que este trabalho contribua para a conscientização sobre a importância da educação financeira inclusiva, incentivando políticas públicas que assegurem o acesso de todos, incluindo as pessoas surdas, ao conhecimento necessário para a gestão de suas finanças pessoais.

No campo acadêmico, a contribuição perpassa para demonstrar a possibilidade de desenvolver uma contabilidade inclusiva. Demonstra que as pessoas podem transcender ao campo tradicional da ciência contábil (econômico e financeiro) para informações e dados que promovam a sustentabilidade para todos e todas.

Recomenda-se para futuros trabalhos que se explorem metodologias inovadoras de ensino, como o uso de tecnologias assistivas e recursos visuais adaptados, que promovam uma educação financeira mais acessível e eficaz para a comunidade surda. Também seria relevante investigar o impacto da capacitação contínua de professores em Libras no sucesso das pessoas surdas na área financeira.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, B. F. A.; CARNEIRO, F. H. F. Educação bilíngue para Surdos e práticas culturais: relatos de experiência no ensino da Matemática. **Revista Paranaense de Educação Matemática**, v. 5, n. 9, p.286-300, 2016.

ALMEIDA, J. J. F.; SILVA, S. A. **Língua Brasileira de Sinais**. Pedagogia. Unopar. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2009.

AZEVEDO, R. R.; PIGATTO, J. A. M. Raízes da contabilidade orçamentária e patrimonial no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 1, jan.-fev. 2020.

BESSA, L. M.; RONCHI, J. P. Educação financeira como instrumento de integração em uma instituição de ensino profissionalizante. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 49-58, jun. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em 20 out. 2023.

BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. Financial literacy: An overview of practice, research, and policy. **Federal Reserve Bulletin**, Estados Unidos, p. 445-457, nov./2002.

CORDEIRO, F. F. Contabilidade & Finanças, uma relação íntima. **R. Cont. Fin.** USP, São Paulo, v. 31, n. 84, p. 385-391, set./dez. 2020.

CUNHA, M. P. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e218463, 2020.

FONSECA, F. S. Pobreza e tomada de decisão financeira: evidências de uma pesquisa em assentamentos rurais no estado de Tocantins. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 60, n. spe., 2022.

FONSECA, M. C. F. R. **Educação Matemática de Jovens e Adultos: Especificidades, desafios e contribuições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 12ª ed. São Paulo: Pearson, 2017.

HONORA, M. **Inclusão educacional de discentes com surdez: concepção e alfabetização ensino fundamental 1º ciclo**. São Paulo: Cortez, 2022.

HURT, R. L. **Sistemas de Informações Contábeis**. Porto Alegre: AMGH, 2014.

IZÁ, S. E. Funções no Ensino Médio: propostas de trabalho. *In*: CANO, M. R. O.; MENDES, R. M. **A reflexão e a prática no Ensino Médio: Matemática**. São Paulo: Edgard Blücher, 2019.

KENDRICK, D.; CRUZ, G. C. Libras e Formação Docente: da Constatação à Superação de Hierarquias. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.26, n.4, p.571-586, Out.-dez., 2020.

KIMURA, H. Aspectos comportamentais associados às reações do mercado de capitais. **RAE-eletrônica**, v. 2, n. 1, jan-jun. 2003.

KIYOSAKI, R. T. **O poder da educação financeira**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

KLÔH, L. de M. CARNEIRO, R. F. Contribuições de uma formação continuada de professores para o ensino de Matemática a discentes Surdos em escolas regulares e especializadas. *Educação Matemática em Revista*, n. 65, p.45-63, 2019.

LANA, T. P. **Exclusão financeira e sua relação com a pobreza e desigualdade de renda no Brasil**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/AMSA-9KHNS3/1/tese_exclus_o_financeira_tonyedson.pdf. Acesso em 26 out. 2023.

LIMA, D. M. C. A. **Dificuldades de comunicação e sinalização: surdez**. Secretaria de Estado da educação do Distrito Federal, Brasília: MEC, 2006.

LIMA, M. **Metade dos brasileiros não investe; 68% dos que investem aplicam na poupança**. Infomoney, abr. 2024. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/metade-dos-brasileiros-nao-investe-68-dos-que-investem-aplicam-na-poupanca/>. Acesso em 03 set. 2024.

LOPES, M. A. C. Professores Interlocutores e Educação de Surdos: a Inclusão na Rede Estadual Paulista. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 23, n.4, p.563-576, out.-dez., 2017.

LUCHESE, M. R. C. Educação de pessoas surdas: **Experiências vividas, histórias narradas**. São Paulo: Papirus, 2016.

MANFREDINI, A. M. N.; CERVENY, C. M. O.; DINIZ, C. T. Educação financeira na família: uma pesquisa bibliográfica nos últimos 30 anos. **Vínculo**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1-12, ago. 2021.

MANRIQUE, A. L.; VIANA, E. A. **Educação matemática e educação especial: diálogos e contribuições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MUTTÃO, M. D. R.; LODI, A. C. B. Formação de professores e educação de surdos: revisão sistemática de teses e dissertações. **Psicologia Escolar e Educacional**, Número Especial, p. 49-56, 2018.

OCDE. **National strategies for financial education**: OECD/INFE Policy Handbook. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. 2015. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/National-Strategies-Financial-Education-Policy-Handbook.pdf>. Acesso em 02 mar. 2024.

PABIS, M. G.; SILVA, A. J. H. Uma revisão sistemática sobre a pesquisa em Educação Financeira. **Desenvolve**, Canoas, v. 11, n. 1, 2022.

PINHEIRO, R. P. **Educação Financeira e previdenciária**: a nova fronteira dos fundos de pensão. 2013. Disponível em: http://www.mps.gov.br/arquivos/office/3_090420-113416-244.pdf. Acesso em 20 set. 2023.

PINHEIRO, R. C.; ROSA, M. Promovendo a educação financeira de discentes surdos bilíngues fundamentada na perspectiva etnomatemática e na cultura surda. **Educ. Matem. Pesq.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 360-389, 2020.

PINHEIRO, R. C., ROSA, M. Uma perspectiva Etnomatemática para o processo de ensino e aprendizagem de discentes surdos. **RPEM**, Campo Mourão, v.5, n.9, p.56-83, jul.-dez. 2016.

RAMÍREZ-URQUIDY, M.; AGUILAR-BARCELÓ, J. G.; PORTAL-BOZA, M. O impacto das práticas de gestão econômico-financeira no desempenho de microempresas mexicanas: uma análise multivariada. **Rev. Bras. Gest. Neg.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p.319-337, jul-set. 2018.

RUSSO, P. T. et al. Compreendendo a Prática da Deliberação em uma Controladoria sob a Perspectiva do Julgamento Performativo. **Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 101, 2022.

SÁ, A. L. **Teoria da contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, J. O. **Finanças pessoais para todas as idades**: um guia prático. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, D. B.; SILVA, W. M.; GONZALEZ, L. Déficit de Alfabetização Financeira Induz ao Uso de Empréstimos em Mercados Informais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 58, n. 1, p. 44-59, 2018.

SARAIVA, K. S. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em Revista**, v. 1, n. 66, p. 157-173, out./ dez. 2017.

SILVA, G. O. et al. Alfabetização financeira versus educação financeira: um estudo do comportamento de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, UNEB, Salvador, v. 7, n. 3, p. 279-298, set./dez., 2017.

SIMÕES, J. E. G. **Estado do conhecimento sobre estudos surdos em educação matemática**: o que dizem as pesquisas em periódicos Qualis a1, a2 e b1, de 2010 a 2021? UFOP. 2022. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/5246/11/MONOGRAFIA_EstadoConhecimentoEstudos.pdf. Acesso em 03 mar. 2024.

STROBEL, K. A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas: Unicamp, v. 7, n. 2, p. 243-252, jun. 2006.

TOMMASI, A.; LIMA, F. **Viva Melhor: Sabendo administrar suas finanças**. São Paulo: Saraiva, 2017.

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos discentes de uma universidade pública do Norte do Paraná. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011.

VIEIRA, K. M.; MOREIRA JÚNIOR, F. J.; POTRICH, A. C. G. Indicador de educação financeira: proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item. **Educ. Soc.**, v. 40, 2019.